

Populismo estrutural

A expansão contínua das despesas públicas gerará aumento de impostos ou inflação ou explosão da dívida pública

Por **Pedro Ferreira e Renato Fragelli**

20/08/2020 05h01 · Atualizado há 3 horas

A discussão atual sobre política fiscal, centrada na manutenção ou não do teto de gastos, está completamente deslocada dos fatos e dos dados. Os opositores do teto supõem que a expansão dos gastos públicos vá melhorar a vida da população necessitada e promover o crescimento. A evidência vai contra essa visão.

O aumento de gastos públicos pode se materializar por três instrumentos. Primeiro, elevação das transferências diretas de renda à população, que se bem focada levará à melhoria imediata da péssima distribuição de renda do país, mas terá pouco efeito na capacidade própria de geração de renda de seus beneficiários. Em segundo lugar, maiores despesas com serviços e bens públicos oferecidos aos cidadãos. Se concentradas no aprimoramento da qualidade da educação pública, por exemplo, haverá aumento da renda dos futuros trabalhadores. Finalmente, via elevação dos investimentos do governo. Se bem selecionados, estimularão investimentos privados capazes de gerar emprego e renda para os pobres.

A expansão contínua das despesas públicas gerará aumento de impostos ou inflação ou explosão da dívida pública

Mas a experiência brasileira mostra que as condições sob as quais maiores gastos públicos promovem a melhor distribuição de renda e o mais rápido crescimento econômico, ambos de forma sustentável e permanente, raramente se observam. Em geral há pouco foco nos mais pobres, o Bolsa Família sendo uma exceção, mas

custos altos e baixo impacto distributivo. A ampliação de gastos com serviços e bens públicos, mesmo quando destinados a rubricas prioritárias, como educação e saúde, muitas vezes se transforma em apenas maior dispêndio com servidores, sem melhoria na qualidade do que é oferecido ao cidadão. Investimentos não prioritários, ou mal executados, devoram recursos públicos sem gerar ampliação relevante da infraestrutura pública.

Em momentos recessivos como o atual, políticas que aumentam a demanda, como maiores gastos governamentais, têm algum efeito contra-cíclico de curto prazo sobre o emprego e renda. Mas como estes gastos não ampliam continuamente a capacidade produtiva, nem o ritmo de crescimento permanente da produtividade, eles não podem elevar sustentavelmente a taxa de crescimento da renda da economia, nem tampouco a renda dos pobres. Mas aumentam a dívida pública.

Somente a ampliação contínua da capacidade produtiva - isto é, da oferta - da economia viabiliza o crescimento econômico e a queda da pobreza de forma sustentável. Acontece que essa agenda é muito mais difícil de implantar do que simplesmente gastar mais sem critérios, pois requer decisões que desagradam grupos de interesses poderosos e organizados. Além disto, pobreza e a desigualdade no Brasil têm muito pouco a ver com o volume dos gastos públicos, pois são determinadas por fatores estruturais, como educação. Nesta dimensão, entretanto, há ampla evidência de que o principal problema não é a magnitude da oferta de educação, mas sua baixa qualidade. Que não necessariamente melhora com maiores gastos, como demonstrado em uma série de trabalhos acadêmicos.

A luta para que gastos públicos se expandam continuamente a ponto de “furar o teto” parte de premissas erradas sobre seus benefícios, e muito provavelmente pouco atingirão os mais pobres. Mas podem se tornar aumento de salários para funcionários públicos - não por acaso várias associações da elite do funcionalismo lutam na justiça contra o teto -, bem como investimentos sem critério e clientelismo escancarado.

Assim, seria de causar espanto a atual aliança tácita entre direita e esquerda pelo fim do teto, não fosse a expansão das despesas públicas a norma do populismo brasileiro. De Dilma “gastos é vida” Rousseff à recente mudança de coração de Bolsonaro, a norma é ignorar desequilíbrio fiscal e suas consequências acelerando os gastos. No caso de Rousseff, isso levou a uma recessão brutal, gerando graves

impactos sobre emprego, pobreza e desigualdade, tendo o grosso do efeito atingindo os menos favorecidos.

Em relação ao atual presidente, a mudança de posição deve-se ao aumento de sua popularidade proporcionado pelo auxílio emergencial, claramente necessário no momento, mas insustentável no longo prazo. São R\$ 50 bilhões por mês, 40% a mais que todo o gasto anual com o Bolsa Família. Ao atingir um número muito maior de beneficiários, e com transferências bem mais generosas, o auxílio permitiu ao presidente penetrar nas regiões mais pobres do Brasil, roubando um espaço que era antes de Lula e do PT. O presidente, que no passado atacou esse tipo de programa, é agora seu entusiasta.

Some-se a isso a aliança com o Centrão, grupo fisiológico que está dando estabilidade a seu governo, mas cobrando caro em termos de empregos públicos e gastos. O resultado é que, em pouco tempo, e excetuando uma retrógrada pauta de costumes e um anti-globalismo surrealista, o governo Bolsonaro se aproxima de governos populistas (de esquerda e de direita) anteriores. Não surpreenderá se buscar em pouco tempo um bordão semelhante ao “gasto é vida”.

Governos populistas olham o curto prazo e ignoram os efeitos de médio e longo prazo de suas decisões. Isto pode vir de puro oportunismo, como parece ser o caso atual do presidente. Ou de rigidez intelectual e também oportunismo, como muitas vezes foi o caso da esquerda. O ponto é que o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, que são necessários no presente, como mecanismos de redução de pobreza e de amenização dos impactos da crise, deveriam ser encarados como temporários. E não como políticas permanentes, ou muito menos instrumentos eleitorais. É preciso interromper a dependência dos pobres em relação a esse tipo de programa. Como fazer com que os 94% da população de Guaribas, no Piauí, que vive de Bolsa Família - muitos desde 2003 - consigam escapar permanentemente da pobreza, de forma que seus filhos e netos não precisem mais de auxílios governamentais para viver?

Infelizmente, a discussão se fixa não em soluções permanentes e estruturais, mas em simples expansão fiscal. Não se fala da qualidade dos gastos, de sua distribuição, e muito menos sobre quem pagará a conta no futuro. A expansão contínua das despesas públicas, como reza a cartilha populista, gerará futuramente ou aumento de impostos, ou inflação ou explosão da dívida pública - provavelmente um pouco dos três - sempre terminando em recessão. Em todos os casos, quem pagará a

conta serão majoritariamente os mais pobres, com perda de renda, desemprego e miséria.

No futuro, como já visto várias vezes, os populistas fugirão de sua responsabilidade e culparão algum inimigo externo, sejam capitalistas desalmados ou algum economista neoliberal sem alma que propôs um ajuste na hora errada. Populistas (de esquerda ou de direita) se julgam sempre certos e fingem não perceber que o país está estagnado há quarenta anos, devido a uma série de políticas equivocadas muito semelhantes às que estão propondo agora.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento

Renato Fragelli Cardoso é professor da EPGE-FGV

Comentários

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os **termos de uso**, denuncie. Leia as **perguntas mais frequentes** para saber o que é impróprio ou ilegal.

Acesse sua Conta Globo e participe da conversa

Entre e Participe da Conversa

Ordenar Por

Mais novos



Ainda não há comentários. Seja o primeiro a comentar.

Mais do Valor **Econômico**

Airbnb entra com pedido de oferta pública de ações; pandemia dificulta operação

O documento foi arquivado de forma confidencial